

Referências das Rotinas Administrativas da Central de Audiência de Custódia

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-CEAC-002 – Apoiar a Realização de Audiência de Custódia

Com vigência a partir de 27/03/2019

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Código de Processo Penal - CPP;

Código Penal e Leis Penais Especiais;

Código de Organização de Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (CODJERJ);

Lei Estadual nº 2988/1998 – Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figurem como parte pessoa física com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (Nova redação dada pela Lei nº 4703/2006);

Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODJ);

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça – Serviços Judiciais;

Consolidação dos Enunciados Criminais do Estado do Rio de Janeiro;

Lei nº 9.099/1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e dá outras providências003B

Lei nº 11340/2006 - Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências;

Lei Estadual nº 5781/2010 - Altera a lei nº. 2.556, de 21.05.1996, que cria os Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dispõe sobre sua organização, composição e competência, criando os Juizados Especiais da Fazenda Pública, a estrutura das Turmas Recursais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 29/2015 – Disciplina a Audiência de Custódia no âmbito do TJ/RJ, alterada pela Resolução TJ/OE nº 32/2015.

Resolução TJ/RJ nº 16/2009 – Dispõe sobre a implantação do processo eletrônico no TJRJ; Resolução **CNJ nº 137/2011** – Regulamenta o banco de dados de mandados de prisão – ver também Manual BNMP 2.0;

Provimento CGJ 34/2018 - Especifica a Central de Cumprimento de Mandados que deverá funcionar junto à Central de Audiência de Custódia de Benfica para atender aos plantões das audiências de custódia nos finais de semana e feriados;

BNMP 2.0 – Banco Nacional de Monitoramento de Presos – Manual do Usuário;

SISTAC – Sistema de Audiência de Custódia – Manual do Usuário.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br